



PROPOSTA N.º 19. Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do Município de Barcelos.

Considerando que os Municípios, enquanto Autarquias Locais, têm como objetivo central da sua ação a intervenção no âmbito da proteção dos seus munícipes e a coesão social e a saúde pública, o Município de Barcelos tem como estratégia de desenvolvimento local, a inserção e a inclusão de cidadãos em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes ou facilitando-lhes o acesso aos serviços, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida e a coesão social.

A elaboração de um Regulamento Municipal sobre esta matéria revela-se, assim, pertinente e necessária como resposta a situações excecionais desta natureza, de emergência económica e social, associada à falta de transporte para os serviços e Unidades de Saúde, impedindo o acesso de doentes não urgentes/utentes aos cuidados e tratamentos médicos de que carecem.

Pretende o Município de Barcelos reforçar a sua atenção aos munícipes em condições económicas e sociais desfavoráveis, tomando medidas de intervenção que apoiem as necessidades básicas dos cidadãos.

Assim, o Município de Barcelos pretende proceder à elaboração de um Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário.

A competência cometida aos Municípios em matéria regulamentar decorre da Constituição, bem como da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, contudo os procedimentos a observar na elaboração dos regulamentos encontram-se previstos no Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, diploma que aprovou o novo Código do Procedimento Administrativo (doravante CPA).

O novo CPA, consagra um conjunto de inovações, designadamente em matéria regulamentar. Estabelece no n.º 1 do seu artigo 98.º [Publicitação do início do procedimento e participação procedimental] que «O início do procedimento é publicitado na Internet, no sítio institucional da entidade pública, com a indicação do órgão que decidiu desencadear o procedimento, da data em que o mesmo se iniciou, do seu objeto e da forma como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos para a elaboração do regulamento».

Deste preceito legal decorre a obrigatoriedade da apreciação e aprovação de diplomas regulamentares ser precedida da publicitação de início procedimental, o qual terá lugar na página eletrónica do Município.

Decorre ainda deste preceito legal que da publicitação deve constar ainda a indicação expressa da entidade que decidiu desencadear o procedimento conducente à elaboração do documento regulamentar, bem como a data em que o mesmo se iniciou, objeto e forma de como se pode processar a constituição como interessados e a apresentação de contributos.

Este regime é aplicável à elaboração, bem como à revisão e alteração de diplomas regulamentares. Em face do exposto e com vista a dar cumprimento aos imperativos legais, a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou na sua reunião de 11 de dezembro de 2023, apreciar e votar: «I - Iniciar o procedimento conducente à elaboração de um Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do Município de Barcelos; II - Dar cumprimento às demais formalidades previstas no n.º 1 do artigo 98.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro, nomeadamente, publicitando a sua deliberação não só no sítio institucional do Município de Barcelos, em www.cm-barcelos.pt, mas igualmente por edital, bem assim, estabelecendo um prazo de 10 dias para a constituição dos interessados e apresentação dos contributos nos termos do disposto no CPA.».

Decorrido o prazo concedido, constatou-se a ausência de contributos, pelo que se impõe agora a observância das demais formalidades legais.



Tendo em vista a dar cumprimento aos demais imperativos legais, a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do CPA, conjugado com a alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, deliberou apreciar e votar na sua reunião de 8 de janeiro de 2024: «I - O Projeto de Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do Município de Barcelos [anexo à presente proposta]; II - A publicitação do projeto de Regulamento, no Boletim Eletrónico do Município, para efeitos de consulta pública nos termos do disposto no artigo 101.º do Decreto-Lei n.º 4/2015, de 7 de janeiro (CPA); III - Igual publicitação nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, com a redação atualizada.» No período de consulta pública, não foram apresentados contributos.

Em face do exposto e com vista a dar cumprimento aos imperativos legais, proponho que a Exma. Câmara Municipal de Barcelos, à luz do disposto na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, delibere apreciar e votar:

- I - Submeter o Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do Município de Barcelos à Assembleia Municipal para efeitos de apreciação e votação, nos termos do disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- II - Promover a publicitação do Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do Município de Barcelos, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 56.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, bem como do artigo 139.º do CPA, ou seja, por edital e em Diário da República, confirmada a sua aprovação pelo órgão deliberativo do Município.

Barcelos, 20 de março de 2024.

O PRESIDENTE DA CÂMARA,

Mário Constantino Lopes
(Mário Constantino Lopes, Dr.)

Reunião Ordinária 25/03/2024
Deliberado, por unanimidade, aprova.

REGULAMENTO DE ATRIBUIÇÃO DE TRANSPORTE SOLIDÁRIO DO MUNICÍPIO DE BARCELOS

Preâmbulo

Tendo em consideração que os Municípios, enquanto Autarquias Locais, têm como objetivo primordial a intervenção em prol dos respetivos munícipes, torna-se cada vez mais necessária a intervenção no âmbito da Coesão Social e Saúde Pública. Deste modo, enquanto estratégia de desenvolvimento local pretende-se promover a inserção e a inclusão de cidadãos em situação de vulnerabilidade, garantindo-lhes ou facilitando-lhes o acesso aos serviços, no sentido de melhorar a sua qualidade de vida e a coesão social.

A elaboração de um Regulamento Municipal revela-se, assim, pertinente e necessária como resposta a situações excecionais desta natureza, de emergência económica e social, associada à falta de transporte para os serviços e Unidades de Saúde, impedindo assim, o acesso de doentes não urgentes/utentes aos cuidados e tratamentos médicos de que carecem. Deste modo, cabe ao Município reforçar a sua atenção a favor dos munícipes em condições económicas e sociais desfavoráveis, tomando medidas de intervenção que apoiem as necessidades básicas dos cidadãos.

Assim, no âmbito desta matéria importa ter presente o consignado no Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, segundo a qual compete às Autarquias Locais, nos domínios da ação social, promover a resolução dos problemas que afetam as populações, em cooperação com instituições de solidariedade social e em parceria com a administração central, através de programas e projetos de ação social, de âmbito municipal, designadamente nos domínios do combate à exclusão social. Por outro lado, determina a alínea v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro, que compete à Câmara Municipal participar na prestação de serviços aos estratos sociais mais desfavorecidos, promover o apoio aos mesmos pelos meios adequados e nas condições constantes no presente regulamento municipal.

O projeto do presente regulamento foi objeto de consulta pública, nos termos do consignado no Código do procedimento Administrativo.

Capítulo

Disposições Gerais

Artigo 1.º

Normas habilitantes

O presente Regulamento é elaborado ao abrigo e nos termos:

- a) Artigo 241.º da Constituição da República Portuguesa;
- b) Código de Procedimento Administrativo (Decreto-lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro);
- c) Decreto-lei n.º 70/2010 de 16 de junho;
- d) Alínea h) do n.º 2 do artigo 23º, alínea g) do n.º 1 artigo 25.º, das alíneas a) e v) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

Artigo 2.º

Âmbito

O presente Regulamento estabelece os princípios gerais e as condições de concessão ao transporte dos munícipes com patologias graves, que não seja assegurado pelo Sistema Nacional de Saúde e em condição social e económica desfavorável, residentes no concelho de Barcelos.

Artigo 3.º

Objeto

O presente regulamento tem como objeto a participação do Município na prestação de apoio no âmbito da Ação Social e Saúde, nomeadamente no transporte dos munícipes com patologias graves e em situação de vulnerabilidade económica. O Município assegura o transporte na fase de tratamento, bem como para consultas e exames complementares de diagnóstico.

Artigo 4.º

Titularidade

1 - São titulares do direito ao transporte os munícipes com patologias graves e com condição económica desfavorável e que não tenham acesso à requisição de transporte emitida pelo Serviço Nacional de Saúde (SNS).

2 – No caso de o beneficiário ser menor de idade, pode ser acompanhado por familiar maior de idade.

Artigo 5.º

Conceitos

Para efeitos do disposto no presente Regulamento, considera-se:

- a) Família Unipessoal (Pessoa) – A pessoa que vive sozinha num alojamento ou que ocupa, enquanto subarrendatário, uma divisão (ou divisões) de um alojamento, mas não se junta com qualquer dos restantes ocupantes;
- b) Agregado familiar - Conjunto de pessoas que vivem com o requerente em economia comum;
- c) Pessoas que podem viver em economia comum com o requerente:
 - i) Cônjuge ou pessoa em união de facto há mais de dois anos;
 - ii) Parentes e afins maiores, em linha reta e em linha colateral até ao 3.º grau;
 - iii) Parentes e afins menores em linha reta e em linha colateral;
 - iv) Adotantes, tutores e pessoas a quem o requerente esteja confiado por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito;
 - v) Adotantes e tutelados pelo requerente ou qualquer dos elementos do agregado e crianças e jovens confiados por decisão judicial ou administrativa de entidades ou serviços legalmente competentes para o efeito, ao requerente ou a qualquer dos elementos do agregado familiar.
- d) Rendimento mensal líquido (RML) - o duodécimo da soma dos rendimentos anuais líquidos de todos os membros do agregado familiar, sendo o rendimento anual líquido de cada membro obtido:
 - i) Subtraindo ao rendimento global o valor da coleta líquida, os valores do rendimento global e da coleta líquida correspondem aos constantes da declaração de rendimentos das pessoas singulares, validada pela Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) e respeitante ao ano anterior; caso os rendimentos se reportem a período inferior a um ano, considera-se a proporção correspondente ao número de meses em causa;
 - ii) Sendo zero o valor da coleta líquida ou não tendo legalmente havido lugar à entrega de declaração de rendimentos nos termos do Código do Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares, calcula-se o total dos rendimentos anuais auferidos, considerados nos termos do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 70/2010, na redação atualizada; caso os rendimentos se reportem a período inferior a um ano, considera-se a proporção correspondente ao número de meses em causa.

- e) Rendimento mensal *per capita* - O quantitativo que resulta da divisão do rendimento mensal líquido do agregado familiar, pelo número de elementos que o compõem, após dedução de 50% das despesas relativas a consumos de água, eletricidade e gás e despesas de saúde devidamente comprovadas pelo médico de família e declaração da farmácia;
- f) Indexante dos Apoios Sociais (IAS) - o valor fixado por portaria, nos termos da Lei em vigor;
- g) Outros rendimentos (OR) - Consideram-se rendimentos de capitais, 5% do valor total do património mobiliário e os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros, em 31 de dezembro do ano anterior. Consideram-se rendimentos prediais e de bens móveis, o somatório dos rendimentos provenientes de rendas auferidas e 5% do valor patrimonial de todos os bens imóveis e móveis;
- h) Patologias graves - são patologias de evolução prolongada e permanente, que comprometem severamente a saúde e a funcionalidade dos que delas padecem.

Capítulo II

Procedimentos de Candidatura e Avaliação

Artigo 6.º

Condições de Acesso ao Transporte

- 1 - Constituem condições de acesso à candidatura para a atribuição de apoio no transporte:
 - a) Ter nacionalidade portuguesa ou outra, sendo que neste último caso, deverá ter a sua permanência legalizada em Portugal;
 - b) Ser residente no concelho de Barcelos;
 - c) Auferir o requerente/agregado familiar um rendimento mensal per capita inferior a 80 % do IAS;
 - d) Apresentar relatório médico comprovativo de ser portador de patologia grave;
 - e) O valor do património mobiliário (depósitos bancários, ações, certificados de aforro ou outros ativos financeiros) de todos os elementos do agregado familiar, não ser superior a 60 vezes o IAS;
 - f) O valor dos bens móveis sujeitos a registo (veículos automóveis, embarcações, motociclos) não ser superior a 60 vezes o IAS;
 - g) O valor dos bens imóveis sujeitos a registo, não ser superior a 300 vezes o IAS.

Artigo 7.º

Formalização da Candidatura

- 1 - A candidatura deverá ser formalizada pelo munícipe ou, em caso de incapacidade, pelo tutor mediante o preenchimento de um impresso, que poderá ser obtido na página eletrónica do Município no seguinte endereço www.cm-barcelos.pt.
- 2 - A candidatura terá de ser acompanhada pelos seguintes documentos instrutórios:
- a) Documentos de identificação de todos os elementos do agregado familiar;
 - b) Título de residência relativamente a pessoas oriundas de outros países;
 - c) Cartão de Identificação Fiscal de todos os elementos do agregado familiar;
 - d) Cartão da Segurança Social/ADSE/outros de todos os elementos do agregado familiar;
 - e) Atestado de residência, onde conste a composição do agregado familiar;
 - f) Declaração/Certidão emitida pela Autoridade Tributária e Aduaneira, relativa aos bens imóveis de todos os elementos do agregado familiar;
 - g) Declaração da Conservatória do Registo Automóvel que atesta a existência ou não de bens móveis sujeitos a registo, de todos os elementos do agregado familiar;
 - h) Última declaração de IRS/IRC ou declaração negativa de rendimentos de todos os elementos do agregado familiar;
 - i) Três últimos recibos de vencimento de todos os elementos do agregado familiar;
 - j) Comprovativo do Rendimento Social de Inserção do requerente/agregado familiar, quando aplicável;
 - k) Declaração da Segurança Social onde constem as prestações que usufruem e respetivos valores;
 - l) Declaração do Instituto de Emprego e Formação Profissional se o requerente ou algum dos elementos do agregado familiar se encontrar em situação de desemprego;
 - m) Declaração ou extrato/caderneta relativa aos rendimentos de capitais dos elementos do agregado familiar, emitida pela respetiva Instituição Bancária;
 - n) Declaração comprovativa da regulação das responsabilidades parentais e pensão de alimentos (do progenitor ou do Fundo de Garantia de Alimentos Devidos a Menores), quando aplicável;
 - o) Atestado médico de incapacidade multiusos permanente, igual ou superior a 60 %, quando aplicável;

- p) Declaração da farmácia relativa à despesa mensal efetuada, tendo obrigatoriamente que ser discriminada e de acordo com a prescrição médica; ou guia de tratamento comprovativa da medicação efetuada;
 - q) Faturas dos últimos 3 meses relativas às despesas mensais de eletricidade, água e gás;
 - r) Documentos comprovativos de encargos com a habitação (renda ou prestação do crédito da habitação permanente), quando aplicável;
 - s) Contrato de arrendamento e comprovativo da sua efetiva participação junto da Autoridade Tributária, nas situações em que apresente despesas com arrendamento da habitação permanente;
 - t) Declaração médica comprovativa de doença crónica, prolongada ou de incapacidade para o trabalho;
 - u) Declaração com informação sobre se tem direito ou não à guia de transporte pelo SNS, emitida pela entidade competente.
- 3 - Para além dos documentos enumerados nos pontos anteriores, poderá a Câmara Municipal de Barcelos solicitar a junção de outros que considere necessário.
- 4 - O candidato, ou o seu representante, é responsável pela veracidade e integralidade das informações prestadas e documentos entregues, nos termos gerais do direito.
- 5 - A não apresentação integral da documentação solicitada no prazo definido pela Câmara Municipal de Barcelos, determinará o indeferimento da candidatura e consequente arquivamento do processo.

Artigo 8.º

Análise e Avaliação da Candidatura

- 1 - O processo de candidatura será analisado pelos serviços de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Barcelos a quem compete emitir parecer técnico sobre os pedidos de apoio.
- 2 - Para efeitos do disposto do número 1, deve aquele serviço proceder à análise socioeconómica e se, necessário, deverá proceder à realização de uma visita domiciliária e à elaboração de Relatório Social com parecer técnico.

Artigo 9.º

Cálculo do Rendimento Mensal *per capita*

- 1 - Para o cálculo do rendimento mensal *per capita* do agregado familiar, ter-se-á em conta o rendimento mensal líquido de todos os elementos relativos ao mês anterior ao da apresentação do requerimento, após dedução das importâncias a título de impostos, contribuições e despesas de saúde, devidamente comprovadas pelo médico de família e declaração da farmácia, despesas com aquisição ou arrendamento de habitação e 50% das despesas relativas a consumo de eletricidade, água e gás, tendo em conta o limite máximo estabelecido no Anexo I.
- 2 - Tratando-se de rendimentos variáveis, será tida em conta a média dos rendimentos dos três meses imediatamente anteriores ao da apresentação do requerimento.
- 3 - Para efeitos de apuramento do rendimento mensal do agregado familiar são consideradas as seguintes categorias:
 - a) Rendimentos de trabalho dependente;
 - b) Rendimentos de trabalho empresariais e profissionais;
 - c) Rendimentos de capitais;
 - d) Rendimentos prediais;
 - e) Pensões (pensões de alimentos apenas acima de 150€);
 - f) Prestações sociais (exceto as prestações por encargos familiares, por deficiência e por dependência);
 - g) Bolsas de formação (exceto subsídio de alimentação, transporte e alojamento);
 - h) Outros rendimentos, fixos ou variáveis.
- 4 - Consideram-se rendimentos de capitais 5% do património mobiliário do valor total, designadamente juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros, em 31 de dezembro do ano anterior.
- 5 - Consideram-se rendimentos prediais, 5% do somatório dos rendimentos provenientes de rendas auferidas e do valor patrimonial de todos os bens imóveis com exceção da habitação permanente do requerente e respetivo agregado familiar, salvo se o valor patrimonial desta for superior a 600 vezes o valor do IAS, em que será considerado como rendimento o montante igual a 5% do valor que exceda aquele limite.
- 6- As importâncias a título de impostos, contribuições e despesas de saúde, devidamente comprovadas pelo médico de família e declaração da farmácia.

7 - O valor mensal da despesa com aquisição ou arrendamento de habitação, não devendo ser contabilizado valor superior a 300€ mensais e o montante total do Apoio ao Arrendamento Habitacional.

8 - Às famílias monoparentais, com menores ou maiores a cargo com direito a abono de família, será deduzido 20% ao rendimento bruto do agregado familiar, para efeitos de cálculo da capitação.

9 - O disposto do número anterior será ainda aplicável sempre que no agregado familiar existem pessoas com deficiência com uma incapacidade igual ou superior a 60%, bem como a famílias unipessoais, que cumpram os restantes requisitos.

10 - Inserida na política de apoio à natalidade, às famílias com três ou mais filhos será deduzido 30% ao rendimento bruto do agregado familiar, para efeitos de cálculo da capitação.

11 - Não obstante a diversidade de deduções previstas no presente artigo, as mesmas não podem ser objeto de acumulação, sendo atribuída a de maior percentagem.

Artigo 10.º

Formula de Cálculo do Rendimento *per capita*

1 - O cálculo no presente regulamento será obtido mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$RC = \frac{(R + AS + OR) - (H + S + EAG)}{N^{\circ} P}$$

Sendo:

RC = rendimento *per capita*;

R = rendimento mensal líquido do agregado familiar;

AS = Total dos apoios sociais, auferidos por cada um dos elementos que compõem o agregado familiar, com a exceção dos subsídios de natureza escolar, prestações por encargos familiares, encargos no domínio da deficiência e encargos no domínio da dependência do subsistema de proteção familiar;

OR = 5% do valor total do património mobiliário e os juros de depósitos bancários, dividendos de ações ou rendimentos de outros ativos financeiros em 31 de dezembro do ano anterior; o somatório dos rendimentos provenientes de rendas auferidas e 5% do valor patrimonial de todos os bens imóveis e móveis;

H = Encargos mensais com a habitação do agregado familiar.

S = Receita médica/guia de tratamento comprovativa da medicação efetuada.

EAG = 50% da despesa com eletricidade, água e gás.

Nº P = número de pessoas que compõem o agregado familiar.

Capítulo III

Decisão da Candidatura

Artigo 11.º

Decisão da Candidatura

1 - Reunindo todos os elementos do processo de candidatura, previstos no presente Regulamento, compete à Câmara Municipal de Barcelos, ou a quem se encontra delegada ou subdelegada a respetiva competência, deliberar sobre a mesma, aprovando ou não o apoio social a atribuir.

2 - Para o disposto do número anterior, devem as decisões ter como suporte o relatório social elaborado pela equipa técnica dos serviços de Ação Social e Saúde do Município de Barcelos.

Artigo 12.º

Reapreciação da Candidatura

1 - Em caso de indeferimento poderá o munícipe solicitar a reapreciação da sua candidatura, mediante a junção de novos elementos ou documentos.

2 - A reapreciação da candidatura observará o disposto nos artigos anteriores do presente Regulamento.

Artigo 13.º

Cooperação

A implementação do transporte é feita nos seguintes termos:

1 - O transporte será executado mediante a celebração de protocolo(s) com serviços e/ou entidades regulamentados para o efeito, através da utilização de veículos apropriados ao fim, ao número e às condições físicas das pessoas a transportar.

2 - Os protocolos apenas contemplam o transporte dos munícipes encaminhados pela Divisão de Ação Social e Saúde da Câmara Municipal de Barcelos.

- 3 - O transporte é efetuado para consultas, tratamentos e ou exames complementares de diagnóstico, nos casos em que os doentes não tenham acesso à requisição de transporte emitida pelo SNS.
- 4 - O transporte não se aplica às consultas, tratamento de fisioterapia e cuidados primários efetuados no Centro de Saúde e Extensões de Saúde Locais, bem como o acompanhamento em Instituições Particulares de Solidariedade Social do Município, e fora deste.
- 5 - O apoio é concedido para os dias ou período requerido, carecendo do respetivo comprovativo.
- 6 - A concessão de novo período de utilização do transporte dependerá da apresentação do pedido, devidamente instruído, dispensando-se a apresentação de documentos comprovativos nos casos em que esse novo período recaia nos limites do ano civil de concessão anterior, ou o munícipe beneficie de outro apoio da Divisão de Ação Social e Saúde, com limite de concessão há menos de um ano, com exceção dos comprovativos clínicos.

Capítulo IV

Direitos e Obrigações

Artigo 14.º

Direitos do Município de Barcelos

- 1 - Constituem direitos do Município de Barcelos:
- a) Solicitar ao munícipe a prestação de informações ou a apresentação de documentos necessários à apreciação e reapreciação da candidatura;
 - b) Promover a realização de entrevista, atendimentos e as visitas domiciliárias com o munícipe, e demais elementos do agregado familiar, de modo a proceder à avaliação da situação socioeconómica do mesmo;
 - c) Articular com as entidades protocoladas sempre que existirem alterações de residência, situação económica dos beneficiários ou outras que coloquem em causa o bom funcionamento do serviço.

Artigo 15.º

Direitos e Deveres dos Munícipes

- 1 – Constituem direitos dos munícipes serem informados sobre o deferimento ou indeferimento do apoio solicitado.

- 2 - Os munícipes a beneficiar do transporte ficam obrigados a informar a Câmara Municipal de Barcelos, de todas as circunstâncias que alterem, nomeadamente a sua morada, situação económica, constituição do agregado familiar ou outras que modifiquem a sua condição de beneficiário do transporte;
- 3 - Para efeitos do referido anteriormente, tem o munícipe 10 dias úteis para informar os serviços do Município da ocorrência dessas alterações, sob pena de cessação dos direitos do apoio atribuído;
- 4 - Apresentação do documento comprovativo de justificação do transporte, com dia e hora do ato médico, com antecedência de uma semana antes da marcação, quando possível;
- 5 - Informar sempre que existir alteração de consultas e de horários das mesmas.

Artigo 16.º

Obrigações das entidades protocoladas

- 1 - Constituem obrigações das entidades:
 - a) Informar previamente o munícipe do horário em que é efetuado o transporte;
 - b) Informar o Município de Barcelos sempre que o transporte não seja realizado e o motivo.

Capítulo V

Indeferimento e Cessação do Apoio

Artigo 17.º

Indeferimento e Cessação do Direito

- 1 - Constituem nomeadamente, causas de indeferimento/cessação do apoio:
 - a) A prestação, pelo munícipe ou seu representante, de falsas declarações, quer no processo de candidatura, quer ao longo do período a que se reporta o apoio atribuído;
 - b) Não utilização reiterada do transporte sem justificação;
 - c) A não apresentação, no prazo de 10 dias úteis, de documentos solicitados pela Câmara Municipal de Barcelos;
 - d) A utilização indevida do transporte, nomeadamente para fim diferente daquele que justificou a atribuição;

e) Nos termos a que se refere as alíneas a), b), c) e d) do número anterior, a Câmara Municipal de Barcelos reserva-se o direito de exigir do munícipe ou daqueles a cargo de quem se encontra, a restituição dos apoios atribuídos, bem como adotar os procedimentos legais julgados adequados.

Capítulo VI

Disposições Finais

Artigo 18.º

Periodicidade

O apoio previsto no presente regulamento terá um carácter temporário em conformidade com cada situação concreta, sendo obrigatória a sua renovação anual.

Artigo 19.º

Omissões

Todas as situações não previstas no presente Regulamento serão analisadas, decididas e supridas por deliberação da Câmara Municipal sob proposta, devidamente fundamentada pela Divisão de Ação Social e Saúde.

Artigo 20.º

Entrada em vigor

O presente regulamento entra em vigor no dia seguinte à sua publicação no Diário da República.

Anexo I

Despesas do Agregado Familiar – Consumo de água, eletricidade e gás

Classificação de Despesa	Valor de Referência Máxima	Nº Pessoas do Agregado Familiar	% de Afetação
Água	10,31€	1º	100%
		2º	70%
		3º e restantes	50%
Eletricidade	25,78€	1º	100%
		2º	70%
		3º e restantes	50%
Gás	20,62€	1º	100%
		2º	70%
		3º e restantes	50%



EDITAL

----- MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES, Dr., PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS:-----

----- TORNA PÚBLICO que este órgão executivo, em reunião realizada no dia 11 de dezembro de 2023, à luz do disposto no n.º 1 do artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 34/2015, de 7 de janeiro, deliberou desencadear o procedimento conducente à elaboração de um *Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do Município de Barcelos*.-----

----- MAIS TORNA PÚBLICO que, sobre o mesmo assunto foi então ainda deliberado estabelecer um prazo de 10 dias, a contar da data da publicação do presente edital nos termos que vão abaixo indicados, a fazer em simultâneo em todos os suportes, para os interessados se constituírem como tal, considerando-se com legitimidade para o efeito as pessoas singulares e coletivas que intervenham nas condições previstas no n.º 1 do artigo 68.º do CPA, e apresentarem os seus contributos para a elaboração do citado regulamento, mediante requerimento dirigido ao presidente da Câmara Municipal, contendo os elementos referidos no n.º 1 do artigo 102.º do CPA. Consoante a opção dos interessados, o requerimento tanto poderá ser apresentado pessoalmente no Balcão Único do Município, de segunda a sexta-feira, entre as 9 e as 17 horas, como remetido pela via eletrónica, através do endereço geral@cm-barcelos.pt, ou ainda pela via postal, sob aviso de receção, em ambos os casos dentro daquele prazo.-----

----- Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser publicados nos termos previstos nos n.ºs 1 e 2 do artigo 56.º do regime jurídico das autarquias locais, aprovado em anexo à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, e no n.º 1 do artigo 98.º do CPA.-----

----- Paços do Concelho de Barcelos, 18 de dezembro de 2023.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

Mário Constantino Lopes

(Mário Constantino Lopes, Dr.)



EDITAL

----- MÁRIO CONSTANTINO ARAÚJO LEITE DA SILVA LOPES, Dr., PRESIDENTE DA
CÂMARA MUNICIPAL DE BARCELOS:-----

----- TORNA PÚBLICO que este órgão executivo, em reunião realizada no dia 8 de janeiro de
2024, deliberou submeter o *Projeto de Regulamento de Atribuição de Transporte Solidário do
Município de Barcelos* a consulta pública, para recolha de sugestões, nos termos do n.º 1 do artigo
101.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 4/2015, de
7 de janeiro.-----

----- MAIS TORNA PÚBLICO que, conforme o disposto no n.º 2 do mesmo artigo 101.º do
CPA, os interessados devem dirigir, por escrito, as suas sugestões ao presidente da Câmara
Municipal, no prazo de 30 dias, a contar da data da publicação do projeto, a fazer em simultâneo na
página e no boletim eletrónicos do município bem como mediante afixação nos lugares de estilo,
em todos os casos encimado pelo presente edital, do qual faz parte integrante. As sugestões deverão
conter os elementos referidos no n.º 1 do artigo 102.º do CPA e ser apresentadas, conforme a opção
dos interessados, pessoalmente no Balcão Único do município, dentro do seu horário normal de
funcionamento, entre as 9 e as 17 horas de segunda a sexta-feira, ou remetidas pela via eletrónica,
através do endereço geral@cm-barcelos.pt, ou ainda pela via postal, em todos os casos dentro
daquela prazo.-----

----- Para constar se lavrou o presente edital e outros de igual teor que vão ser publicados nos
termos supraindicados.-----

----- Paços do Concelho de Barcelos, 15 de janeiro de 2024.-----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL,

Mário Constantino Lopes

(Mário Constantino Lopes, Dr.)